



TESOURO NACIONAL

**RGF
2025**

1º
Quadrimestre

Brasília
Maio de 2025

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal



Brasília, de maio de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o primeiro quadrimestre de 2025, se encerra em 30 de maio do exercício corrente.

5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a abril de 2025. Informo, ainda, a Vossa Excelência que adicionalmente estão sendo retificados os Anexos 3 e 5 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2024.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

SUMÁRIO

- Anexo 1** – Demonstrativo de Despesa com Pessoal, 5
- Anexo 2** – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, 9
- Anexo 3** – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 11
- Anexo 3** – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (retificação), 12
- Anexo 4** – Demonstrativo das Operações de Crédito, 13
- Anexo 5** – Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar (retificação), 14
- Anexo 6** – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, 15

Metodologia disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/metodologia-do-relatorio-de-gestao-fiscal-rgf>.

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RP NP (b)
	LIQUIDADAS														
	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.804.638	31.360.348	23.087.602	23.231.668	23.643.410	23.438.679	35.094.807	26.223.791	24.747.991	22.559.479	23.733.081	28.665.676	309.591.170	1.100.503	
Pessoal Ativo	12.609.628	15.197.032	12.077.216	12.151.717	12.334.970	12.400.380	18.674.763	15.155.816	12.728.136	12.427.099	12.317.329	15.463.234	163.537.321	915.269	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.712.631	13.428.284	10.330.895	10.434.257	10.552.249	10.647.902	15.659.426	13.168.689	11.013.829	10.713.704	10.506.140	13.280.508	140.448.513	518.798	
Obrigações Patronais	1.896.998	1.768.749	1.746.321	1.717.460	1.782.721	1.752.478	3.015.337	1.987.127	1.714.307	1.713.395	1.811.189	2.182.726	23.088.808	396.471	
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.118.209	16.079.550	10.930.602	10.994.651	11.241.766	10.953.784	16.338.332	10.927.951	12.005.489	10.028.854	11.337.358	13.121.253	145.077.799	159.174	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.126.927	10.321.671	7.041.782	7.033.967	7.323.625	7.012.611	10.556.517	7.055.005	7.695.905	6.527.898	7.392.405	8.826.811	93.915.126	116.151	
Pensões	3.991.281	5.757.879	3.888.819	3.960.684	3.918.141	3.941.173	5.781.815	3.872.946	4.309.584	3.500.956	3.944.953	4.294.442	51.162.673	43.023	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	76.801	83.765	79.785	85.300	66.674	84.515	81.712	140.024	14.365	103.526	78.393	81.188	976.050	26.060	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.355.131	4.870.037	3.918.044	3.282.532	3.963.324	3.549.270	4.528.882	3.041.994	4.658.250	4.085.364	3.801.839	3.877.883	47.932.552	296.051	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	39.888	26.370	44.527	49.067	31.811	29.695	128.180	20.966	21.624	65.279	300.704	93.394	85.1504	1.092	
Decorrentes de Decisão Judicial	331.510	294.866	275.582	318.707	863.423	473.543	360.040	323.178	112.270	244.985	316.972	373.686	4.288.763	195.163	
Despesas de Exercícios Anteriores	338.745	121.467	25.190	21.976	21.072	35.941	58.220	45.002	77.268	44.631	47.051	56.384	892.948	66.783	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.644.989	4.427.335	3.572.745	2.892.783	3.047.018	3.010.091	3.982.442	2.652.847	4.447.088	3.730.469	3.137.112	3.354.419	41.899.337	33.014	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.449.506	26.490.311	19.169.559	19.949.136	19.680.086	19.889.409	30.565.925	23.181.797	20.089.741	18.474.115	19.931.242	24.787.793	261.658.619	804.452	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			1486.166.039	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			262.463.071	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				17,660%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9% ¹			563.256.929	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%			535.094.082	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 34,11%			506.931.236	34,110%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GENF

¹O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

- a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
- b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 161/GS/CON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.
- d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.
- e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.
- f) Em conformidade com o parecer SeIn nº 3974/2024/MF deixaram de ser computadas as despesas com a Rede Sarah.
- g) Em 2025 a União alterou a classificação organizacional e programática das despesas de inativos e pensionistas civis dos ex-territórios do Amapá e Roraima. Os dados do SIAFI conseguem segregar apenas as despesas com os inativos, pensionistas e reservistas militares dos ex-territórios.

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RP NP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	52.697	78.025	53.004	52.586	52.406	52.532	78.814	53.148	25.184	25.209	24.727	24.848	573.180	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	52.697	78.025	53.004	52.586	52.406	52.532	78.814	53.148	25.184	25.209	24.727	24.848	573.180	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	34.946	52.250	35.206	35.214	35.098	35.173	52.956	35.645	21.791	21.793	21.348	21.471	402.893	0
Pensões	17.750	25.775	17.799	17.372	17.308	17.359	25.858	17.503	3.393	3.415	3.379	3.377	170.288	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.668	21.427	40.233	39.721	39.551	47.787	18.993	7.010	600	659	235	402	231.289	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	363	423	0	167	953	0
Decorrentes de Decisão Judicial	21	21	21	21	19	19	19	19	0	0	0	0	163	0
Despesas de Exercícios Anteriores	237	237	241	237	258	236	237	236	236	236	235	235	2.861	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.410	21.169	39.971	39.464	39.274	47.533	18.737	6.755	0	0	0	0	227.312	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	38.028	56.598	12.771	12.865	12.855	4.744	59.821	46.138	24.584	24.549	24.492	24.447	341.891	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			1486.166.039	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			341.891	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				0,023%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹			2.511.621	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%			2.386.040	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,152%			2.260.459	0,152%

FONTE: SIAFI-STN/CONT/GEINF

¹O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - P ODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.975	58.623	36.212	36.180	36.425	36.422	54.740	36.544	15.851	15.639	15.863	15.710	403.183	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	44.975	58.623	36.212	36.180	36.425	36.422	54.740	36.544	15.851	15.639	15.863	15.710	403.183	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	33.287	43.647	26.149	26.124	26.449	26.311	39.447	26.428	13.349	13.102	13.220	13.104	300.617	0
Pensões	11.687	14.976	10.064	10.055	9.976	10.111	15.293	10.116	2.502	2.537	2.644	2.606	102.567	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.641	4.742	61	61	81	60	56	60	154	69	63	63	14.110	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	114	0	0	0	114	0
Decorrentes de Decisão Judicial	133	55	55	55	56	60	56	60	40	63	63	63	759	0
Despesas de Exercícios Anteriores	8.508	4.688	6	6	24	0	0	0	0	6	0	0	13.238	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	36.334	53.880	36.152	36.119	36.344	36.363	54.684	36.484	15.697	15.570	15.800	15.647	389.073	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1486.166.039	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IIIb)	389.073	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		0,026%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1471.304	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1397.739	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1324.174	0,089%

FONTE: SIAFI- STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF, art.55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM
	LIQUIDADAS														
	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RPNP (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.560.241	1.748.480	1.558.254	1.564.447	1.265.064	1.809.496	1.593.890	1.419.070	1.561.627	1.769.825	1.670.298	717.953	18.238.643	24.466	
Pessoal Ativo	728.196	739.431	696.978	702.853	691.095	671.485	813.207	938.299	780.758	907.875	807.387	316.653	8.794.218	21.808	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	709.354	720.636	678.184	684.002	672.292	652.670	775.040	917.226	760.084	887.468	786.823	296.119	8.539.898	19.543	
Obrigações Patronais	18.841	18.795	18.794	18.852	18.803	18.816	38.167	21.073	20.674	20.407	20.564	20.534	254.320	2.265	
Pessoal Inativo e Pensionistas	832.045	1.009.049	861.276	861.593	573.968	1.138.010	780.683	480.771	780.869	861.950	862.910	401.299	9.444.426	2.657	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	725.828	871.144	755.049	753.773	485.710	1.011.490	660.792	406.282	691.131	753.369	754.604	326.531	8.195.703	1.152	
Pensões	106.217	137.905	106.227	107.821	88.258	126.521	119.891	74.489	89.738	108.581	108.306	74.769	1.248.723	1.505	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	115.797	125.216	107.328	108.126	106.383	121.671	137.057	186.747	88.588	135.459	113.014	105.413	1.450.799	1.892	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.155	50.234	42.198	38.868	35.539	52.131	41.790	102.276	42.128	60.371	40.319	32.284	582.292	1.830	
Decorrentes de Decisão Judicial	102	103	103	103	105	100	103	120	110	109	104	105	1.266	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	3	41	3	3	145	3	3	1.782	3	26	3	1.160	3.174	43	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	71.537	74.839	65.024	69.153	70.594	69.437	95.161	82.570	46.348	74.954	72.589	71.864	864.067	20	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.444.444	1.623.264	1.450.926	1.456.320	1.158.681	1.687.825	1.456.833	1.232.322	1.473.039	1.634.366	1.557.283	612.540	16.787.844	22.573	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1486.166.039	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	16.810.417	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		1,13%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	32.695.653	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	31.060.870	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 198%	29.426.088	1980%
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF		

¹O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 2 – Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ milhares
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025
		Até o 1º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.967.635.161	10.425.698.272
Dívida Mobiliária	9.774.068.510	10.253.578.543
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019) ¹	95.195.050	0
Dívida Contratual	91.929.539	98.057.941
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	522.622	67.560.388
Demais	5.919.441	6.501.401
DEDUÇÕES (II) *	2.857.924.381	3.064.409.405
Ativo Disponível	1.627.514.230	1.737.630.506
Haveres Financeiros	1.360.404.213	1.501.009.325
(-) Restos a Pagar Processados ²	-129.994.061	-174.230.426
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	7.109.710.780	7.361.288.867
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.430.035.654	1.486.166.039
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	697,02%	701,52%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	497,17%	495,32%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> ³	-	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025
		Até o 1º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.489.830.573	2.456.000.037
RPPS Civil	1.558.348.331	1.558.348.331
Despesas Previdenciárias do FCDF	88.655.091	88.655.091
Militares Inativos ⁴	488.672.504	468.961.227
Pensões Militares	354.154.647	340.035.388

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹ "Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais (STN, 2022, p. 593) preconizar que as obrigações decorrentes do relacionamento entre União e Banco Central do Brasil constituírem Dívida Mobiliária, tal caracterização é constatada apenas se e quando ocorre a emissão efetiva de títulos públicos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelece o § 5º do art. 4º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Enquanto não há a efetiva emissão, as obrigações em questão são apresentadas de maneira segregada à linha "Dívida Mobiliária."

² O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2024.

³ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

⁴ Tendo em vista que o passivo atuarial dos militares inativos foram realizados em contas que compõem, também, as pensões militares, o passivo anterior de Militares Inativos foi repetido e excluído da linha Pensões Militares.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalRONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025
		Até o 1º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.967.635.161	10.425.698.272
Dívida Mobiliária	9.774.068.510	10.253.578.543
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	6.958.206.651	7.303.987.127
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-2.695.461	-2.512.880
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.517.512.689	2.692.235.822
Dívida Securitizada	7.418.345	6.485.249
Dívida Mobiliária Externa	293.626.286	253.383.225
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019)	95.195.050	0
Dívida Contratual	91.929.539	98.057.941
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	522.622	67.560.388
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	1.922.411	1.804.944
Outras Dívidas	3.997.030	4.696.457
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	3.997.030	4.696.457
Demais Dívidas	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.857.924.381	3.064.409.405
Ativo Disponível	1.627.514.230	1.737.630.506
Depósitos do TN no BCB	1.623.491.188	1.733.916.067
Depósitos à Vista	4.023.042	3.714.440
Arrecadação a Recolher	0	0
Haveres Financeiros	1.360.404.213	1.501.009.325
Aplicações Financeiras	544.757.899	673.665.565
Disponibilidades do FAT	503.916.800	519.158.921
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	40.841.099	154.506.645
Recursos da Reserva Monetária	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	727.039.483	740.057.224
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	618.522.265	625.019.359
Créditos da Lei nº 8.727/93	3.944.458	3.888.825
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	1.348.145	1.142.297
Demais Dívidas Renegociadas	189.808.048	198.687.220
Ajustes para Perdas	-86.583.433	-88.680.477
Demais Ativos Financeiros	88.606.830	87.286.535
Haveres Externos (Garantias)	0	0
Outros Créditos Bancários	93.766.981	92.073.212
Ajustes para Perdas	-5.160.151	-4.786.677
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-129.994.061	-174.230.426
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	7.109.710.780	7.361.288.867
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.430.035.654	1.486.166.039
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	697,02%	701,52%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	497,17%	495,32%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <=%>	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025
PASSIVO ATUARIAL		Até o 1º Quadrimestre
RPPS Civil	2.489.830.573	2.456.000.037
Despesas Previdenciárias do FCDF	1.558.348.331	1.558.348.331
Militares Inativos	88.655.091	88.655.091
Pensões Militares	488.672.504	468.961.227
	354.154.647	340.035.388

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* O valor da coluna Saldo do Exercício anterior publicado no DOU difere do valor homologado no Siconfi devido aos registros efetuados por esta Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT/STN) para ajustes na Reserva de Reavaliação por classe de imóvel, conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024-Plenário.

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ milhares
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025 Até o 1º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I) ⁽¹⁾	240.499.941	228.949.842
Em Operações de Crédito Externas	96.723.976	127.853.236
Em Operações de Crédito Internas	143.775.964	101.096.606
AOS MUNICÍPIOS (II)	56.385.712	55.416.941
Em Operações de Crédito Externas	31.673.956	29.279.543
Em Operações de Crédito Internas	24.711.755	26.137.398
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	36.972.437	34.588.421
Em Operações de Crédito Externas	31.973.769	29.701.070
Em Operações de Crédito Internas	4.998.668	4.887.351
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽²⁾	20.975.246	18.269.891
FGTS - BNDES ⁽³⁾	764.938	641.035
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	15.588.282	13.371.377
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC	0	0
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal	0	0
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	0	0
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	23.186	0
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	533.875	477.803
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.580.776	2.565.800
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ⁽³⁾	1.484.189	1.213.876
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	354.833.335	337.225.094
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.430.035.654	1.486.166.039
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	24,81%	22,69%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	858.021.393	891.699.623
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	772.219.253	802.529.661

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025 Até o 1º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	240.499.941	228.949.842
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.346.457	127.853.236
Em Garantia às operações de Crédito Internas	103.153.484	101.096.606
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	56.385.712	55.416.941
Em Garantia às operações de Crédito Externas	31.673.956	29.279.543
Em Garantia às operações de Crédito Internas	24.711.755	26.137.398
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	12.646.705	12.556.332
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.832.930	9.786.483
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.813.775	2.769.848
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	309.532.357	296.923.114

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

¹⁾ Valor ajustado conforme divisão dos valores executados pela CODIV confirmados pela Nota Técnica nº 1819/2025/MF, de 15 de maio de 2025.²⁾ A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.³⁾ Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalRONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (retificado)

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES (RENTIFICAÇÃO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ milhares		
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AO ESTADOS (I) ⁽¹⁾	202.605.889	211.197.684	227.012.959	240.499.941
Em Operações de Crédito Externas	112.387.963	117.499.390	127.763.447	137.346.457
Em Operações de Crédito Internas	90.217.925	93.698.294	99.249.512	103.153.484
AOS MUNICÍPIOS (II)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	56.385.712
Em Operações de Crédito Externas	22.194.751	24.872.439	28.582.280	31.673.956
Em Operações de Crédito Internas	14.423.970	15.829.496	19.717.255	24.711.755
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	30.070.478	30.175.041	34.056.268	36.972.437
Em Operações de Crédito Externas	24.710.972	25.017.524	29.045.676	31.973.769
Em Operações de Crédito Internas	5.359.506	5.157.516	5.010.592	4.998.668
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽²⁾	23.224.035	22.726.350	20.802.822	20.975.246
FGTS - BNDES ⁽²⁾	1.138.186	1.013.874	889.681	764.938
FI/FGTS-BNDES (Contrato s/n, DE 22.12.2008)	0	0	0	0
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	14.798.574	13.899.088	14.977.334	15.588.282
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC	0	0	0	0
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal	0	0	0	0
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	0	0	0	0
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	22.188	22.188	23.186	23.186
Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN	0	0	0	0
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	604.154	604.154	533.875	533.875
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	0	0	0	0
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.597.867	2.681.573	2.681.573	2.580.776
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ⁽³⁾	4.063.067	4.505.474	1.697.173	1.484.189
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	292.519.123	304.801.010	330.171.584	354.833.335
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.233.714.885	1.290.353.341	1.342.418.403	1.430.035.654
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	23,71%	23,62%	24,60%	24,81%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	740.228.931	774.212.005	805.451.042	858.021.393
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	666.206.038	696.790.804	724.905.938	772.219.253

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	202.605.889	211.197.684	227.012.959	240.499.941
Em Garantia às operações de Crédito Externas	112.387.963	117.499.390	127.763.447	137.346.457
Em Garantia às operações de Crédito Internas	90.217.925	93.698.294	99.249.512	103.153.484
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	56.385.712
Em Garantia às operações de Crédito Externas	22.194.751	24.872.439	28.582.280	31.673.956
Em Garantia às operações de Crédito Internas	14.423.970	15.829.496	19.717.255	24.711.755
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	11.311.689	11.096.718	12.233.009	12.646.705
Em Garantia às operações de Crédito Externas	8.513.387	8.347.704	9.479.382	9.832.930
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.798.302	2.749.013	2.753.627	2.813.775
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	250.536.299	262.996.337	287.545.503	309.532.357

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

¹⁾ Valor ajustado conforme divisão dos valores executados pela CODIV confirmados pela Nota Técnica SEI nº 242/2025/ME, de 21 de janeiro de 2025.

²⁾ A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.

³⁾ Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA	RONALD DA SILVA BALBE
Secretário do Tesouro Nacional	Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ milhares	
OPERACÕES DE CRÉDITO	VALOR		
	No 1º Quadrimestre	Até o 1º Quadrimestre	
OPERACÕES DE CRÉDITO (I)	1.057.278.067	1.057.278.067	
Mobiliária	1.057.092.071	1.057.092.071	
Interna	1.042.610.071	1.042.610.071	
Refinanciamento	729.272.917	729.272.917	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Internas - Orçamentárias	313.337.154	313.337.154	
Outras Internas - Extraorçamentárias	0	0	
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	0	0	
Aporte em Empresas	0	0	
Trocas e Demais Operações Internas	0	0	
Externa	14.482.000	14.482.000	
Refinanciamento	7.481.857	7.481.857	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0	0	
Outras Operações Mobiliárias Externas	7.000.143	7.000.143	
Contratual	185.996	185.996	
Interna	0	0	
Abertura de Crédito	0	0	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Operações Contratuais Internas	0	0	
Externa	185.996	185.996	
Abertura de Crédito - Orçamentárias	185.996	185.996	
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0	
Outras Operações Contratuais Externas	0	0	
APURACÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	1.486.166.039	–	
OPERACÕES VEDADAS (II)	–	–	
OUTRAS OPERACÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	905.852.302	60,95%	
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹	905.852.302	60,95%	
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%	
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	0	0,00%	
Concessão de Garantias ²	0	0,00%	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)	151.425.766	10,19%	
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS ³	891.699.623	60,00%	
OPERACÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	–	–	

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de menos R\$ 17.608,24 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalRONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 5 – Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar (retificado)

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR (RETIIFICAÇÃO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

LDO - Lei nº 14.791, de 29/12/2023, art. 165

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Despesas Empenhadas e Não Liquidadas do Exercício	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = a - (b + c + d + e)	(g)	(h) = (f - g)
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	202.791.184.246	4.453.039.541	63.607.601.914	24.597.817.765	5.927.708.487	104.205.016.539	59.224.243.999	44.980.772.540
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.545.203.247.956	3.848.643.581	26.951.483.673	26.326.606.354	21.808.585.205	1.466.267.929.143	94.827.810.254	1.371.440.118.889
1. Educação	37.999.587.565	72.244.892	13.1264.960	1.070.367.606	47.167	36.725.662.941	2.131.677.833	34.593.985.108
2. Seguridade Social (exceto Previdência)	113.355.303.799	416.312.876	12.043.021.017	5.8410.15.376	922.405.993	94.132.548.537	23.481.198.418	70.651.350.119
3. Previdência Social (RPPS)	2.828.462.471	1.086.334	2.193.701.219	8.801.054	32.500.934	592.372.930	69.953.895	522.419.035
4. Previdência Social (RGPS)	7.830.620.917	0	10.424.817.622	0	144.125	-2.594.340.830	541.587.888	-3.135.928.718
5. Dívida Pública	912.540.320.021	2.439.386.500	3.933.424	13.856.003.258	69.314.957	896.171.681.883	24.865.667.139	871.306.014.743
6. Transferências a Estados, DF, Municípios	39.399.433.489	0	0	273.646.365	22.882.280	39.102.904.844	27.881.716.544	11.221.188.301
7. Fundos, Órgãos e Programas	409.552.388.658	919.612.978	2.154.745.431	5.276.772.696	73.301.123	401.127.956.430	15.856.008.537	385.271.947.893
8. Recursos Extraorçamentários	20.802.174.096	0	0	0	20.687.692.279	114.481.817	0	114.481.817
9. Recursos Não Classificados	894.956.938	0	0	0	296.348	894.660.590	0	894.660.590
TOTAL (III) = (I + II)	1.747.994.432.201	8.301.683.122	90.559.085.587	50.924.424.119	27.736.293.692	1.570.472.945.682	154.052.054.253	1.416.420.891.428

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GEINF

Notas:

¹ Eventuais recursos vinculados com insuficiência de caixa são compensados pelos recursos ordinários.

* O demonstrativo de dezembro não leva em consideração as deduções realizadas durante o exercício, referentes às contas de variação patrimonial de Reclassificação de Receitas, às operações da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV) e aos limites de Conta Única às unidades do próprio Poder Executivo, que afetam os montantes das colunas (a) Disponibilidade de Caixa Bruta e (e) Demais Obrigações Financeiras. Tais deduções foram realizadas ao longo do exercício para liquidar das contas de Disponibilidade aqueles fluxos que comprometiam a melhor visualização das informações publicadas.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2025

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	1.486.166.039	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	262.463.071	17,660%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	563.256.929	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	535.094.082	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	506.931.236	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	341.891	0,023%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	2.511.621	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	2.386.040	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	2.260.459	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	389.073	0,026%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.471.304	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1.397.739	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.324.174	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.810.417	1,131%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	32.695.653	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	31.060.870	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	29.426.088	1,980%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	7.361.288.867	495,32%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	337.225.094	22,69%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	891.699.623	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	151.425.766	10,19%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	891.699.623	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalRONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno